

Parecer do Ordenador da Despesa

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Processo nº 2.406/2025

Objeto Pretendido: Contratação de serviços de empresa especializada para a implantação de sistema de processamento de multas de trânsito, talonário eletrônico e sistemas de apoio, contemplando a locação de softwares, equipamentos, infraestrutura para base de operação, fornecimento de suprimentos, manutenção preventiva e corretiva, treinamento e suporte técnico para os servidores públicos designado pelo município de Porto Ferreira – SP.

Valor da Contratação: R\$ 454.252,20

Na qualidade de ORDENADOR DA DESPESA, declaro:

() Que o presente gasto dispõe de suficiente dotação e de firme e consistente expectativa de suporte de caixa, conformando-se às orientações do Plano Plurianual (PPA) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e em seguida estimo o impacto trienal da despesa, nisso também considerando sua eventual e posterior operação no exercício e nos dois subsequentes (Artigo 16, inciso I da LRF):

Valor da despesa no 1º exercício	R\$ _____
Impacto % sobre o Orçamento do 1º exercício	_____ %
Impacto % sobre o Caixa do 1º exercício	_____ %
Valor da despesa no 2º exercício	R\$ _____
Impacto % sobre o Orçamento do 2º exercício	_____ %
Impacto % sobre o Caixa do 2º exercício	_____ %
Valor da despesa no 3º exercício	R\$ _____
Impacto % sobre o Orçamento do 3º exercício	_____ %
Impacto % sobre o Caixa do 3º exercício	_____ %

() que a despesa aumentada ou criada não afetará as metas de resultados previstas no Anexo de Metas Fiscais (Artigo 17, parágrafo 2º da LRF);

() em virtude de seus efeitos financeiros, existem medidas de compensação para os próximos exercícios seja através de aumento permanente da receita (elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo ou majoração ou criação de tributo ou arrecadação) ou pela redução permanente da despesa; (Artigo 17, parágrafo 2º e 3º da LRF);

() existe previsão da despesa obrigatória de caráter continuado criada no Plano Plurianual - PPA e na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Artigo 17, parágrafo 4º da LRF)

(X) não se enquadra nas anteriores.

Porto Ferreira / SP, 11 de setembro de 2025.

.....
Adriano Daniel D'agnolo
CPF: 175.596.328-90
Portaria nº 629, de 17 de julho de 2025